



ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2024

Registro de Preços nº. 026/2024

(Processo Administrativo nº. 206/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTES E ADITIVOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAIS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	1362909873	ADITIVO CONCENTRADO PARA RADIADOR PARA CARRO FLEX ISENTO DE AMINAS, FOSFATOS, SILICATOS E BORATOS, EMBALAGEM DE 1 LITRO, CAIXA C/ 24 - MARCA IGUAL A SUPERIOR A PARAFLU, LUBRAX SHELL. EMBALAGEM DE 1 LITRO, CAIXA C/ 24 - CAIXA C/ 24 UNIDADES DE 1 LITRO	CAIXA	2	577,87	1.155,74
0002	1362909858	ARLA 32 ABNT-NBR ISSO 22241 AGENTE REDUTOR LIQUIDO –GALÃO 20 LITROS. MARCA IGUAL OU SUPERIOR, LUBRAX, SHELL, CASTRO - GALÃO DE 20 LITROS	GALÃO	270	102,63	27.710,10
0003	1362909863	FLUIDO DE FREIO DOT 4, ESPECIFICAÇÕES: NBR9292-TIPO 4, SAE J1703 – FMVSS Nº116 - EMBALAGEM DE 500 ML. - CAIXA C/ 12 UNIDADES DE 500 ML	CAIXA	2	377,59	755,18
0004	1362909859	FLUIDO PARA RADIADOR CONCENTRADO PRA CARRO A DIESEL GALÃO 20 LITROS - MARCA IGUAL OU SUPERIOR, LUBRAX, CASTRO - GALÃO DE 20 LITROS	GALÃO	15	452,89	6.793,35
0005	1362909864	GRAXA MP2 A BASE DE SABÃO DE LÍCIO DO TIPO MÚLTIPLAS APLICAÇÕES, GRAU NLGI 2, COM BOA RESISTÊNCIA A LAVAGEM POR ÁGUA E ESTABILIDADE AO CISALHAMENTO. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -20°C A	BALDES	8	588,83	4.710,64



		120°C – BALDE DE 20KG ATENDE: • CATEGORIAS AUTOMOTIVAS (ASTM D-4950) - GB (PARA LUBRIFICAÇÃO DE CUBOS DE RODAS EM SERVIÇO MODERADO) - LA (PARA LUBRIFICAÇÃO DE CHASSIS E JUNTAS UNIVERSAIS EM SERVIÇO LEVE OU MODERADO) • CATEGORIAS EUROPÉIAS - DIN (51502: K2K-20) - ISO (6743-09: ISO-L-XBCEA 2) - BALDE DE 20KG				
0006	1362909877	ÓLEO 10W30 API SM, E ILSAC GF-4. GALÃO DE 20 LITROS – IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - GALÃO DE LITROS	GALÃO	15	415,24	6.228,60
0007	1362909885	OLEO 80W90 API GL-5 ORIGINAL PARA CAIXA DE CAMBIO, TRANSMISSÃO LEVE - EMBALAGEM DE 1 LITRO, CAIXA C/ 24, MARCA IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - CAIXA C/ 24 UNIDADE DE 1 LITRO.	CAIXA	1	807,78	807,78
0008	1362909884	OLEO 85W140 GL-5 PARA CAIXA DIFERENCIAL- GALÃO DDE 20 LITROS, IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - GALÃO DE 20 LITROS	GALÃO	8	463,69	3.709,52
0009	1362909881	ÓLEO HIDRÁULICO HD 68, ATENDE ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NORMA DIN 51524 PARTE 2 (HLP) (1). GALÃO DE 20 LITROS - IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA. - GALÃO DE 20 LITROS	GALÃO	30	351,18	10.535,40
0010	1362909870	OLEO LUBRIFICANTE 0W30 ECT C2/C3. EMBALAGEM DE 1 LITRO, CAIXA C/ 12 - IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - CAIXA C/ UNIDADES DE LITRO	CAIXA	2	1.047,91	2.095,82
0011	1362910134	Óleo lubrificante 100% sintético 5W 30 dexos 1, níveis de desempenho ACEAC2-12, API SN embalagem de 1 litro (IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA)	CAIXA	1	640,17	640,17
0012	1362909855	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO 5W30, NÍVEIS DE DESEMPENHO ACEA C2-12, API SN EMBALAGEM DE 1 LITRO - IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - CAIXA C/ 24 UNIDADES DE 1 LITRO.	CAIXA	5	640,17	3.200,85



0013	1362909876	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO 5W40, COM NÍVEIS DE DESEMPENHO API SN, ACEA A3/B3-12 OU ACEA A3/B4-12. EMBALAGEM DE 1 LITRO, CAIXA C/ 12 - IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA. - CAIXA C/ 12 UNIDADES DE 1 LITRO	CAIXA	3	627,86	1.883,58
0014	1362909856	ÓLEO LUBRIFICANTE 10W40 API SN, ACEA A3-02 EMBALAGEM DE 1 LITRO - IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - CAIXA C/ 24 UNIDADES DE 1 LITRO	CAIXA	6	500,82	3.004,92
0015	1362909871	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40, ATENDE AO NÍVEL DE DESEMPENHO API SL, CONFORME PROTOCOLO DO ACC, EMBALAGEM DE 1 LITRO, CAIXA C/ 24 - IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - CAIXA C/ 24 UNIDADES DE 1 LITRO	CAIXA	3	560,29	1.680,87
0016	1362909860	ÓLEO LUBRIFICANTE 20W 50, API SL CONFORME PROTOCOLO DO ACC EMBALAGEM DE 1 LITRO - IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - CAIXA C/ 24 UNIDADES DE 1 LITRO	CAIXA	4	576,38	2.305,52
0017	1362909861	ÓLEO LUBRIFICANTE 2T SEMISSINTÉTICO PARA ROÇADEIRA, API TC E JASO FC, EMBALAGEM DE 1 LITRO - IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - CAIXA C/ 20 UNIDADES DE 1 LITRO	CAIXA	1	818,70	818,70
0018	1362909865	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL SAE 5W30 API CJ-4 E ACEA E4/E6/E7/E9-12 ATENDE AOS NÍVEIS DE QUALIDADE: - MERCEDES BENZ SEGUNDO A MB-APPROVAL 228.31/228.51 - MAN M 3271-1/3477/3575 - MTU OIL CATEGORY 3.1 - VOLVO VDS-4 - MACK EO-O PREMIUM PLUS - RVI RLD-2/RLD-3 - CUMMINS CES 20081 - CATERPILLAR ECF-3 - DEUTZ DQC IV-10 LA EMBALAGEM DE 1 LITRO - IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - CAIXA C/ 24 UNIDADES DE 1 LITRO	CAIXA	5	665,44	3.327,20
0019	1362909883	OLEO LUBRIFICANTE TO-4 SAE 50 - GALÃO DE 20 LITROS, IGUAL OU SUPERIOR AS	GALÃO	5	678,52	3.392,60



		MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA. - GALÃO DE 20 LITROS				
0020	1362909886	ÓLEO PARA DIREÇÃO HIDRÁULICA ATF, ATENDE À ESPECIFICAÇÃO GM TIPO A SUFIXO A E É QUALIFICADO PELA MERCEDES-BENZ, SEGUNDO A NORMA MB 236.2 - GALÃO DE 20 LITROS. IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - GALÃO DE 20 LITROS	GALÃO	3	531,74	1.595,22
0021	1362909857	ÓLEO SAE 15W40, MOTOR A DIESEL, NÍVEL DE DESEMPENHO API CI-4/SL, MERCEDES-BENZ, CLASSE 228.3 OU ACEA E7-12. GALÃO DE 20 LITROS - IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA - GALÃO DE 20 LITROS	GALÃO	19	359,15	6.823,85
0022	1362909879	ÓLEO SAE 90, QUALIFICADO PELA ZF, PARA USO EM TRANSMISSÕES DE ACORDO COM AS NORMAS ZF TE-ML 02B, 16A, 17A E 19A (NÚMERO DE REGISTRO ZF001477). GALÃO DE 20 LITROS - IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS: SELENIA, LUBRAX E IPIRANGA. - GALÃO DE 20 LITROS	GALÃO	15	537,08	8.056,20

Total Geral ==> 101.231,81

1.2. **Registramos que as especificações dos itens que prevalecerá será obrigatoriamente a deste termo de referência, em razão do catálogo de materiais – CATMAT não possuir as especificações completas dos itens conforme necessidade do Município.**

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.5. ***O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.***

1.5.1. ***Nos termos do §3º do artigo 148 do Decreto Municipal nº. 4374/2023, no caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, os quantitativos dos itens poderão ser renovados***



1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.5. Justifica-se a necessidade de aquisição de Óleo lubrificante, para as máquinas e veículos de responsabilidade da prefeitura municipal, visando garantir que as serviços prestados pela administração para com a comunidade sejam continuados como o programado e sem interrupções.
- 2.6. Compreende-se de grande importância solicitar óleos de primeira linha, pois os itens a serem adquiridos são de suma importância para manutenção e conservação dos veículos seminovos e novos da frota municipal, evitando desgastes e danos ao motor.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 3.5.1. *Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação.*

Subcontratação

- 3.6. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

- 3.7. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.*

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 4.1. ***O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição da autorização de fornecimento, em remessa parcelada, de acordo com a necessidade das Secretárias.***
- 4.2. ***Não haverá valor ou quantidade mínima fixada para cada pedido, ou seja, qualquer quantitativo solicitado deve ser prontamente atendido e entregue.***
- 4.3. ***Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.***



4.4. **Os bens/produtos serão entregues no endereço indicado na Autorização de Fornecimento, conforme abaixo listado.**

4.4.1. Endereço de entrega:

4.4.1.1. Rua José Dutra, nº 343, centro, Piranga/MG, CEP: 36.480-000.

4.5. **O Fornecedor está sujeito à fiscalização do produto no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias ou no caso de o produto não ser de primeira qualidade.**

4.6. **O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados ocorrerão por conta exclusiva da empresa vencedora sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente**

Garantia, manutenção e assistência técnica

4.7. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

4.8. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



5.9. ***Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.***

5.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

5.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.11.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

5.11.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

5.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

5.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

5.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

5.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).



5.12.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

5.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

5.13.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

5.13.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

5.13.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

5.13.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

5.14. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

5.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).



6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 6.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 6.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.9. **O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.**
- 6.10. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 6.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;
- 6.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as seguintes providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018:
- 6.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
- 6.14. O prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;
- 6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência



de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

- 6.16. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;
- 6.17. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 6.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.20. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 6.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 6.22. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 6.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.24. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 6.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



- 6.26. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 6.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.28. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 6.29. Em conformidade com o Decreto Municipal nº. 4369 de 23/08/2023, o Município ao efetuar o pagamento fará a retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – Imposto de Renda, com base na IN RFB nº. 1.234 de 11/01/2012 e suas alterações posteriores:
- 6.25.1 - É obrigação da contratada destacar no corpo do documento fiscal, observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº. 1.234/2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal.
- 6.25.2 - As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR, devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.
- 6.25.3 - Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto, emitir notas fiscais em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012, e alterações posteriores
- 6.25.4 - A não realização do destaque do Imposto de Renda na nota fiscal não impede que a retenção seja realizada, a qual se dará de acordo com os percentuais estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/12

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.5. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Exigências de habilitação

7.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



Habilitação jurídica

7.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



7.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual e/ou Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

7.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));



8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 101.231,81 (cento e um mil e duzentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.5. Em se tratando de registro de preço, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Piranga/MG, 10 de dezembro de 2024.

Marlucia de Oliveira
Chefe de Divisão
Setor Frotas